



**EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2022 ANEXO III – MODELO DE DECLARAÇÃO**  
**PROCESSO Nº 02100001/2022**

**MODELO DE DECLARAÇÃO (Conjunta)**

Modelo de Declaração Conjunta sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei

1 – IDENTIFICAÇÃO				CNPJ/RFB nº:	
PROPONENTE:					
ENDEREÇO:					
CEP:		Estado/UF:		Telefone/FONE	
OBJETO:					
2 – DECLARAÇÃO CONJUNTA					
<p>A (nome/razão social....., inscrito(a) no CNPJ/MF ..... sediada ..... (endereço completo), por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) ..... , infra-assinado, (Identificação completa do representante (sócio proprietário/procurador), (nacionalidade), (estado civil), portador(a) da Carteira de Identidade nº ..... e do CPF/MF nº ..... , residente e domiciliado (endereço)....., na qualidade de proponente do procedimento licitatório, sob a modalidade Tomada de Preços nº 001/2022, instaurado pelo Processo de nº 02100001/2022, DECLARA sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei:</p> <p>a) que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, caso opte por usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;</p> <p>b) que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital;</p> <p>c) que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;</p> <p>d) que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009;</p> <p>e) que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;</p> <p>f) que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, caso opte pelo benefício previsto no art. 3º, § 2º, inciso V, da Lei nº 8.666/1993.</p> <p>g) que não utiliza de mão de obra direta ou indireta de menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1998 (Lei nº 9.854/99).</p> <p>Por ser a expressão da verdade, firmamos a presente <b>declaração</b>.</p>					
3 – ASSINATURA					
Nome:	Assinatura:				
Identidade:					
CPF/MF:					
Cargo/Função:					
Observação: <b>ESTA DECLARAÇÃO DEVE SER IMPRESSA EM PAPEL TIMBRADO DA PROPONENTE.</b>					